

Água potável – fator de desenvolvimento

Carlos Luiz Gandin

A ênfase das políticas ambientais, objetivando a promoção do desenvolvimento sustentável, tem como base a correta exploração dos recursos naturais e implica preservar a natureza, articulando a questão ambiental com o desenvolvimento sustentável. O novo enfoque do desenvolvimento rural, por sua vez, se apóia na compreensão de que é necessário levar em consideração, simultaneamente, a dimensão econômica, a social e a ambiental, e que todas tenham igual importância nas decisões de políticas públicas e privadas.

O modelo de agricultura praticado em Santa Catarina em muito contribuiu para o desenvolvimento da economia estadual e até projetou o Estado no cenário nacional e internacional, por reunir importantes características potencialmente favoráveis que o tornaram um grande produtor e exportador de alimentos. A estrutura fundiária, a diversidade climática, o relevo, a disponibilidade de mão-de-obra rural, a regularidade das chuvas e a capacidade de inovação dos produtores e suas famílias são citados como exemplos marcantes das condições que permitiram a produção de alimentos com produtividade e qualidade. Entretanto, como não havia preocupação com o meio ambiente, estas atividades levaram a sérios problemas de contaminação ambiental, causando impacto negativo nos rios, interferindo,

inclusive, na biodiversidade dos ecossistemas do território catarinense.

Ironicamente, um dos fatores principais desta contaminação é que, na maioria dos locais, as pessoas aprenderam a eliminar o lixo (removendo-o para longe dos olhos e do nariz) tão eficientemente que é fácil esquecer que a Terra é um sistema ecológico fechado, onde nada desaparece permanentemente. Os métodos normalmente utilizados para esconder o lixo e outros resíduos – aterros, fossas e esgotos – se transformam nos principais condutos da poluição química da água subterrânea e superficial.

Assim, a poluição de origem urbana, causada por resíduos de esgotos domésticos, complementa o quadro de degradação de águas. Tradicionalmente, sempre foi conveniente instalar cidades próximas aos rios. Por questões econômicas, de sobrevivência e por desconhecimento da dinâmica fluvial, os primeiros assentamentos urbanos foram feitos às margens dos rios, tendo em vista a fertilidade dos solos destes terrenos, a topografia favorável, a facilidade de transporte, a proximidade do comércio, a facilidade de efetuar despejos de esgotos, etc. Em contrapartida, as cidades que os margeavam eram, de tempos em tempos, sujeitas a enchentes, por vezes de grandes proporções, com resultados trágicos.

À medida que nossa dependência da água aumenta, a disponibilidade deste recurso se torna cada vez mais limitada. Analisando-se a história catarinense, percebe-se que os rios apresentam uma considerável alteração de uso ao longo dos tempos, passando de simples meio de transporte e fonte esporádica de

proteína (pesca) para usos múltiplos e conflitantes, tanto em termos de quantidade quanto de qualidade. Como exemplo, citam-se as captações para abastecimento urbano e industrial, severamente prejudicadas por lançamentos de efluentes e dejetos, que limitam expressivamente sua potabilidade.

Considerando a extensão dos danos que a poluição inflige à saúde pública, ao ambiente e à economia ao penetrar na água, é essencial que se busque a prevenção, porque esta é a única estratégia confiável.

Para uso domiciliar, quase todas as grandes cidades dispõem de fornecimento de água proveniente dos rios. A qualidade da água junto às nascentes, em princípio, é excelente, pois a topografia e o clima favorecem a constante formação de chuvas que alimentam os rios perenes, com altos teores de oxigênio e sais diversos, mas logo a seguir é prejudicada pela crescente poluição causada pelas próprias comunidades que neles se abastecem e lançam efluentes contaminados em seus leitos.

Além disso, o problema das enchentes no Estado é também agravado pelas agressões ao meio ambiente, principalmente pelo desmatamento, pela erosão, pelo assoreamento dos leitos dos rios, pela poluição industrial e doméstica, pela exploração irracional dos recursos naturais e a ocupação indevida das bacias hidrográficas, além do uso desordenado do solo urbano, que impõe um acentuado processo de impermeabilização, com a construção de rodovias, avenidas, calçadas, aterros, prédios comerciais e residenciais, que não levam em conta a capacidade de absorção da água pelo lençol subterrâneo.

Opinião

A crescente demanda da sociedade por um modelo de desenvolvimento centrado na sustentabilidade ambiental, social e econômica faz com que todos os segmentos do setor primário catarinense busquem informações e tecnologias adequadas à realidade atual. Hoje não mais se admitem tecnologias poluidoras do meio ambiente, nem resíduos tóxicos nos produtos oferecidos à população. Além disso, a qualidade do ar e da água está sob constante vigilância dos órgãos governamentais e das organizações não-governamentais – ONGs. Assim, o monitoramento dos recursos ambientais se constitui em poderosa ferramenta para a sociedade melhorar a tão almejada qualidade de vida.

A necessidade de proteção da água poderá proporcionar um incentivo mais imediato para a mudança. Simplesmente poderá não ser possível conviver com rios contaminados pelo tempo que poderíamos suportar. Conter a excessiva poluição exigirá respostas inovadoras não apenas dos agricultores e dos consumidores, mas também dos legisladores e empresários. Além disso, para a adequação das propriedades rurais, visando solucionar estes problemas e efetivamente melhorar a qualidade da água e reduzir o poder poluente dos dejetos a níveis aceitáveis, bem como atender às exigências da legislação, são necessários investimentos significativos. Normalmente, estes investimentos têm custos acima da capacidade de pagamento dos agricultores. Por outro lado, o adequado manejo e a utilização dos dejetos como fertilizante para as lavouras e como instrumento de melhoria das

condições físicas, químicas e biológicas do solo também exigem investimentos em captação, armazenagem, transporte e distribuição, nem sempre disponíveis nas pequenas e médias propriedades rurais.

O quadro desolador da atual situação ambiental do meio rural catarinense pode ser revertido mediante a ação integrada dos diversos órgãos do governo de Santa Catarina, do governo federal, das prefeituras municipais, das universidades públicas e particulares, das ONGs e da iniciativa privada, para salvaguardar a dignidade e a cidadania da população catarinense, proporcionando melhorias na qualidade de vida no meio rural, com reflexos diretos para toda a sociedade. Este processo dinâmico, com a participação de todos os agentes da sociedade na busca da gestão com vistas a incorporar mudanças e avanços tecnológicos e socioeconômicos, deve ser implantado em cada região do Estado, tendo como unidades básicas as bacias hidrográficas.

Um programa integrado de desenvolvimento ambiental para Santa Catarina, tendo como plano básico a redução da poluição ambiental, principalmente a provocada por dejetos animais, esgotos domésticos, efluentes industriais, resíduos de carvão mineral, agrotóxicos e demais resíduos, deve iniciar pela criação e implantação de comitês de bacias hidrográficas junto às principais bacias do Estado, com o objetivo de envolver diretamente a comunidade na identificação dos problemas e na implementação de medidas corretivas, com relação à degradação dos recursos hídricos. Na seqüência, deverão ser instaladas as agências de bacias hidrográficas, responsáveis pela execução das medidas propostas pelos comitês, efetuando, inclusive, o

monitoramento dos recursos hídricos, através de uma ação integrada entre os organismos públicos e privados, juntamente com as universidades que atuam na área ambiental. Finalmente, o programa deve providenciar a elaboração e a implementação dos planos de proteção e recuperação ambiental, adaptados às peculiaridades de cada região.

Desta forma, será possível subsidiar a comunidade catarinense no direcionamento de ações, atuais e futuras, que venham a conferir ao setor produtivo maior eficiência e à população melhor qualidade de vida, pois a sustentabilidade do desenvolvimento integrado, através da organização da sociedade para o uso eficaz, econômico e equilibrado dos recursos naturais, visa garantir o sustento das gerações atuais e futuras.

Carlos Luiz Gandin, eng. agr., M.Sc. Cart. Prof. 3.141-D, Instituto Cepa/SC, Rodovia Admar Gonzaga, 1.486, C.P. 1.587, 88034-000 Florianópolis, SC fone (048) 334-5155, fax (048) 334-2311, e-mail: clg@epagri.rct-sc.br.

Participação Interativa – Uma análise crítica do processo na Epagri

Rose Mary Gerber

Uma exigência do Banco Mundial traz para o centro das discussões tópicos como participação, pesquisa interativa, produtor experimentador; termos conhecidos mas utilizados aquém do desejável